

CIENTISTAS SOCIAIS ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICA (Brasil, 1968-1985)

Fábio Cardoso Keinert¹

Este trabalho analisa o perfil e as condições de emergência do grupo geracional que se impôs como a elite das ciências sociais no Brasil, entre 1968 e 1985. A intenção é a de explicitar seu enraizamento na conjuntura do regime militar, realçando os laços existentes entre uma estratégia de profissionalização e o anseio de conquistar uma influência política. O esforço de reconstrução histórica contempla as diversas dimensões constitutivas desse processo, do panorama institucional às trajetórias individuais, sem nunca perder de vista as transformações de monta que impactavam a sociedade num registro mais abrangente.

Trata-se de um período complexo na história brasileira, em que o autoritarismo conviveu com um projeto modernizador conduzido pelas mãos do Estado, o que se revela no avanço da urbanização e industrialização do país. Nesse contexto, a vida científica começa a adquirir um grau maior de adensamento, tanto no que se refere à elevação do número de praticantes, como à melhoria da infra-estrutura material da atividade acadêmica. No domínio das ciências sociais, a inflexão de 1968 é bastante nítida, já que esse é o marco das mudanças com potencial para alterar os rumos de uma institucionalização à época bastante incipiente, cujo histórico não completara quatro décadas.

As bases acadêmicas da ciência social estavam por se consolidar, o que conferia às tarefas de “construção institucional” um peso considerável. Não por acaso o grupo em questão fez do manejo desse processo um de seus trunfos mais importantes, se valendo de uma posição privilegiada, seja no que se refere ao aporte concedido pela Fundação Ford, seja no plano da ligação com lideranças da geração anterior, justamente as figuras que desfrutavam de um peculiar raio de ação, num contexto tão adverso como o da ditadura.

¹ É doutorando em sociologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Bolsista Fapesp.

São os tempos de exceção que tornam essa experiência *sui generis*, já que o ideal de profissionalismo reivindicado por esses cientistas sociais se mesclou à intensa politização envolvida no momento de crise. O que chama atenção são os efeitos paradoxais do autoritarismo, em que a repressão incita uma efervescência política e intelectual que se encerrou na conjuntura, já que esse ímpeto tendeu a arrefecer uma vez que a ordem democrática é refeita. De certo modo, a expectativa de influenciar o processo de redemocratização, a partir da distensão do regime militar em 1974, atualiza aspectos da geração anterior de sociólogos brasileiros, mobilizados pela aposta no potencial de intervenção dos cientistas sociais.

Essa relação de continuidade pode ser notada no plano das principais linhas de reflexão que marcaram o grupo. A urgência de se elucidar as raízes históricas do autoritarismo acionou, no âmbito das obras escritas ao longo da conjuntura, as problemáticas que foram caras ao pensamento social da primeira metade do século, sendo a dinâmica que constituiu o Estado uma das indagações mais decisivas. A história nacional foi o pano de fundo de todas as reflexões, incluindo até mesmo as temáticas emergentes, como a das “instituições políticas”, associada a um repertório teórico e metodológico mais especializado.

O fato é que o referido grupo se afirma a meio caminho entre o elogio aos valores da especialização e os anseios de ocupar posições públicas a partir da reconstrução democrática, no âmbito das comissões federais, das agências governamentais de fomento à pesquisa, e até mesmo na Assembléia Constituinte. No entanto, essa é uma ambigüidade que não se explica somente em função do caráter excepcional do período autoritário, mas também em função dos dilemas envolvidos na autonomização da vida intelectual no Brasil.

Mudanças institucionais

O final da década de 1960 marca uma inflexão decisiva no âmbito da consolidação das bases institucionais e materiais da vida acadêmica no Brasil. Foi nessa virada que o universo das ciências sociais começou a adquirir uma densidade própria, com a multiplicação do contingente de praticantes e dos cursos de formação especializada. Registre-se também a generalização do tempo integral nas universidades,

ao mesmo tempo em que os critérios de acesso à carreira sociológica foram sendo constituídos, especialmente no que se refere à valorização, até então quase inexistente, dos títulos de mestre e doutor no país.

Ao longo da década de 1970, observa-se uma convergência entre iniciativas voltadas ao fomento de instituições acadêmicas. O projeto modernizador posto em prática pelos militares concebia a universidade e o setor de ciência e tecnologia como aspectos cruciais ao desenvolvimento, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos se lançavam ao mundo empenhando-se em políticas de assistência às nações periféricas, como estratégia para combater a “ameaça comunista”. O resultado se revela na difusão da influência norte-americana no meio universitário e científico brasileiro, seja por meio da consultoria prestada pela *Usaid* ao governo militar, seja no apoio oferecido pela Fundação Ford às tarefas de “construção institucional”.

As mudanças nas condições de exercício das ciências sociais só se explicam em função desses fatores conjunturais. De um lado, a reforma universitária de 1968 implanta o sistema unificado de pós-graduação, sem falar no aumento do total de vagas no ensino superior, num movimento que começa a democratizar as chances de acesso às universidades. De outro, o financiamento estrangeiro banca empreendimentos institucionais que dificilmente seriam viáveis se contassem apenas com recursos do poder público. Além disso, é preciso lembrar que em fins dos anos de 1960 eram escassos os recursos disponibilizados por parte das agências nacionais ao ramo da sociologia.

Um dos aspectos mais relevantes dessa virada diz respeito ao surgimento das instituições de pesquisa, com certa autonomia em relação ao sistema universitário público, conforme as prioridades das políticas de apoio da Fundação Ford às ciências sociais brasileiras. Trata-se dos casos em que a agência norte-americana disponibilizou quantias generosas de dinheiro, subsidiando tanto a infra-estrutura como a formação dos cientistas sociais, por meio de bolsas no exterior. Eis os exemplos mais representativos: o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN), criado em 1968 na cidade do Rio de Janeiro, além do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), em São Paulo, e do Programa de Pós-Graduação

em Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (Iuperj), ambos de 1969².

Foi no âmbito desses experimentos que o grupo geracional foi se afirmando, numa estratégia que buscou associar sua auto-imagem ao ideal de profissionalismo encarnado por tais instituições. Na verdade, seu arranjo organizacional espelhava tendências observadas em outros contextos nacionais, sob a mesma influência da cultura acadêmica norte-americana. Após a segunda guerra, as instituições de pesquisa se consagram como o modelo mais favorável ao desenvolvimento da investigação empírica, o que tendeu a desvalorizar o formato universitário em função do peso das tarefas de ensino entre suas atividades. O processo de adensamento da prática sociológica na França é emblemático a esse respeito, já que esse perfil institucional se constitui, a partir de 1946, sob a justificativa de emancipar a pesquisa em relação aos encargos do ensino universitário.

No Brasil, o ideal que justifica a emergência de tais instituições é análogo, já que ao longo dos anos de 1970 suas virtudes vieram a ser exaltadas justamente como alternativa ao modelo de universidade pública implantado na década de 1930. A idéia era a de que o formato recém-lançado se imporia como matriz de um processo capaz de reestruturar a atividade de pesquisa na ciência social brasileira. Não se trata, por conseguinte, de um fenômeno peculiar ao país, já que em outras partes do mundo o aspecto que impulsionou o desenvolvimento da sociologia no século XX coincide com a tentativa de profissionalizar as investigações como um domínio autônomo de práticas.

O fato é que o avanço da institucionalização anuncia um novo arranjo do jogo de forças até então favorável à sociologia da USP, cujo modelo havia se legitimado como o exemplo mais bem sucedido de excelência acadêmica na área. No entanto, é preciso considerar que a conjuntura autoritária interfere nesse processo, já que o cerco às universidades públicas se tornava cada vez mais intenso, a partir do final dos anos 1960.

² Permito-me utilizar a expressão “instituições de pesquisa” para designar o conjunto formado pelo Cebrap, pelo Iuperj e pelo Museu Nacional, mesmo que possuam entre si certas diferenças de caráter organizacional. É possível observar, no momento de fundação dessas instituições, a existência de um espírito comum, ligado à idéia de se priorizar a realização de pesquisas, associando-as, nos dois últimos casos, ao ensino pós-graduado. A idéia era a de fomentar investigações de caráter coletivo, voltadas ou não a finalidades de aplicação. Registre-se que o mestrado em antropologia do Museu Nacional manteve vínculos com a UFRJ, mas com autonomia administrativa e sem os encargos de ensino na graduação. O Cebrap, por sua vez, jamais se vinculou às atividades didáticas. Seu modelo serviu de matriz à criação do Cedec, em 1976, e do Idesp, em 1980, ambos em São Paulo. No Rio de Janeiro, o CPDOC, surgido em 1973, também se destacou num registro similar.

Embora não estivessem imunes às práticas de intimidação inerentes à polícia política daquela época, as instituições de pesquisa acabaram servindo como espaços de oxigenação da vida intelectual.

De todo modo, o que se pretende destacar é o lastro internacional das estratégias de legitimação do Cebrap, do Museu Nacional e do Iuperj, como se estivessem em sintonia com a última voga científica. No entanto, as condições de funcionamento das instituições de pesquisa no Brasil jamais foram tão favoráveis como nos países avançados. Além da conjuntura política adversa, é preciso lembrar que os recursos financeiros dependiam em ampla medida do mecenato estrangeiro, cuja estratégia de apoio se restringia aos primeiros anos da fase de consolidação institucional. Em meados da década de 1970, o financiamento da Fundação Ford minguou, restando como uma das alternativas pleitear recursos junto a Finep, órgão, à época, recém-criado pelo regime militar como parte de uma política que visava exclusivamente a área tecnológica. Nesse caso, o benefício só foi conquistado, por parte dos cientistas sociais, graças aos trunfos de natureza familiar, na medida em que se armavam alianças até então impensáveis entre a ala intelectual de oposição ao regime e o alto escalão burocrático do poder central.

O mecanismo que permitiu a obtenção desse financiamento é similar aos trunfos necessários à viabilização desses projetos institucionais, em fins da década de 1960. Numa fase em que as bases da vida acadêmica mal haviam fincado raízes na sociedade brasileira, as chances de emplacar tais empreendimentos dependiam em larga medida do prestígio pessoal das lideranças intelectuais. O Cebrap, o Iuperj e o Museu Nacional não foram possíveis apenas em função dos recursos da Fundação Ford; foi do mesmo modo imprescindível a atuação de figuras como Fernando Henrique Cardoso, Candido Mendes de Almeida e Roberto Cardoso de Oliveira. Todos dispunham de um montante de contatos internacionais que era raro entre cientistas sociais brasileiros da época, justamente um aspecto chave à capacidade de atrair o investidor estrangeiro.

É preciso lembrar que os sociólogos eram vistos com enorme desconfiança por parte do aparelho repressivo, o que tornaria no mínimo suspeitas as práticas de pesquisa que visavam consultorias ao mundo extra-acadêmico, o que vale mais especificamente aos casos do Cebrap e do Iuperj. A coesão entre setores da elite brasileira parece ser o elemento explicativo do trânsito de intelectuais bem nascidos como Fernando Henrique

Cardoso e Candido Mendes no âmbito da vida empresarial e até mesmo entre figurões da cena pública da época. Somente a porosidade da classe dirigente no país criaria condições ao considerável raio de ação observado na trajetória de ambos, ao longo do período autoritário.

O fato é que as condições de emergência dessas instituições durante a ditadura constituem um ponto cego no âmbito das análises históricas sobre as ciências sociais no Brasil, o que impõe relacionar a dinâmica da institucionalização às genealogias dos empreendedores acadêmicos. Só assim se revelam os mecanismos ocultos que viabilizaram o mundo científico, ainda mais em meio às adversidades do período da repressão. Trata-se de uma experiência de “construção institucional” que dependeu da mediação desses intelectuais à moda antiga, cujo lastro das origens facultou acessos barrados à maioria dos cientistas sociais.

Um dos objetivos deste trabalho é o de conferir historicidade a esse fenômeno de institucionalização com início em 1968, o que parece permitir um diagnóstico mais cauteloso, evitando-se o risco de ver nessa experiência uma espécie de triunfo da “profissionalização” das ciências sociais. Não há dúvidas de que se trata de uma inflexão decisiva, em que avançam as condições de autonomização da vida intelectual, no que se refere à melhoria das condições materiais e institucionais. No entanto, as iniciativas voltadas ao meio acadêmico costumavam depender, no Brasil, de certo personalismo, triunfo decisivo num contexto intelectual em larga medida subordinado à tutela estatal ou aos mecenas estrangeiros, como na época das ações da Fundação Ford.

Além disso, os dispositivos criados pelo Estado brasileiro de apoio ao setor científico jamais incluíram a emancipação da figura do pesquisador em relação à universidade, conforme o exemplo do *CNRS* no contexto francês, órgão público que realiza contratos de exclusividade voltados à prática de pesquisas. Talvez seja essa a razão do declínio da proeminência das instituições de pesquisa a partir de 1985, no Brasil, momento em que os departamentos universitários retomam suas atividades sem o peso da coerção autoritária. O chamado “apoio institucional”, por parte da Fundação Ford ou da Finep, foi suspenso, colocando em cheque o fluxo contínuo de financiamentos. No caso mais específico do Cebrap, as verbas passaram a depender dos contratos por projeto, sem falar no fato de que os pesquisadores viriam a trilhar suas carreiras na universidade pública, onde recebem remuneração de maneira regular.

O fato é que no Brasil o ideal de profissionalismo almejado por esse tipo de instituição acabou por encontrar dificuldades em se realizar, especialmente no que se refere aos projetos de maior envergadura, manejados coletivamente. Em face da diminuição dos recursos disponíveis, é como se tal formato se visse prensado entre a alternativa de assumir as feições mais puramente acadêmicas da ciência social e a adoção do modelo das empresas privadas de assessoria. Tal situação parece reproduzir o dilema constitutivo das ciências sociais, como profissão que tende a permanecer a meio caminho entre as tarefas de auto-reprodução da universidade e as demandas externas ao mundo acadêmico.

O perfil do grupo

A análise toma por referência o conjunto de trajetórias que se associaram às atividades do Iuperj, do Museu Nacional e do Cebrap. Foi concedida prioridade aos casos em que o momento de entrada na carreira coincide com o referido ponto de inflexão institucional, sendo o término da década de 1960 interpretado como marco de uma sucessão entre gerações. Trata-se de considerar os exemplos individuais como partes constitutivas de um grupo, cujo grau de coesão foi bastante variável ao longo do tempo, tendendo a se intensificar nas ocasiões em que alianças foram montadas, caso da criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), em 1977.

Os cientistas sociais que assumiram a condição de elite são os que lograram o intento de se firmar como representantes do paradigma acadêmico então recém-criado, ligado à ênfase na pós-graduação e na pesquisa empírica. Era preciso lançar a idéia de que tais instituições significariam uma novidade radical, como se o apuro no manejo da investigação fosse inédito na história das ciências sociais no Brasil. Tal foi a lógica que permitiu a identificação entre eles como arautos de uma renovação da ciência social, o que se revela na importância que as tarefas de “construção institucional” adquiriram nessa experiência.

A análise das trajetórias sugere o fato de que a conquista da notoriedade se associou à circulação por cargos de naturezas distintas, em associações científicas, agências de fomento à pesquisa, além da coordenação dos cursos pós-graduados.

Conforme já foi assinalado, a ligação com o universo político foi do mesmo modo relevante, da assessoria aos partidos e movimentos sociais, a partir de fins da década de 1970, até os postos burocráticos em órgãos governamentais, com a redemocratização do país em 1985. No entanto, isso não implica considerar a existência de consensos no plano ideológico, mas que a esfera pública permanece sendo uma instância importante de legitimação.

É preciso destacar a peculiaridade das circunstâncias que alavancaram o grupo. De um lado, a transição geracional foi acelerada devido ao declínio forçado da geração anterior, que se viu obrigada a abandonar seus postos em instituições à época bastante prestigiosas. Tal foi o caso do núcleo chefiado por Florestan Fernandes na Universidade de São Paulo (USP), compulsoriamente aposentado pelo AI-5, em 1969, sem falar no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), situado na cidade do Rio de Janeiro, o qual já havia sido obrigado a fechar suas portas por ocasião do golpe de 1964. De outro lado, a passagem para a década de 1970 também marcou o início da expansão do mercado de postos acadêmicos, ao lado da emergência de mecanismos financiadores até então quase inexistentes.

O que se pretende é situar as trajetórias tendo em vista as transformações por que passava a estrutura social e ocupacional no Brasil, o que exige um recuo da análise ao contexto anterior, ligado à chegada aos cursos de graduação em sociologia, no início da década de 1960. É curioso constatar o fato de que os membros do grupo não são originários do curso da USP, onde se encontravam até então as condições mais favoráveis à consolidação da carreira sociológica, como o único nicho institucional que oferecia títulos de mestre e doutor na área. Na verdade, em meados dos anos de 1960, o grau de incerteza profissional entre os formandos em sociologia era considerável, o que não excluía o caso dos alunos da universidade paulista. No entanto, os horizontes de uma carreira acadêmica a ser trilhada em Minas Gerais e no Rio de Janeiro eram ainda mais estreitos. Nessa época, era recente a inauguração dos cursos de “Sociologia e Política” da PUC/RJ e da Face/MG, nos quais se formou quase a totalidade do grupo em questão, sem falar no fato de que a sociologia era uma alternativa profissional desconhecida aos olhos da maioria.

Trata-se do período em que a politização do meio estudantil foi decisiva como móvel de adesão à carreira. Não por acaso a militância de esquerda foi quase

generalizada entre os então jovens estudantes, justamente na fase em que a ciência social era vista em estreita associação às missões políticas de contestação da ordem vigente. No entanto, o que importa realçar são as estratégias manejadas como via de solução à precariedade de uma formação acadêmica ainda incipiente, tendo em vista o cenário institucional nas duas cidades. É como se a ausência do ensino pós-graduado no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte, até 1968, os inclinasse às chances então recentemente abertas de realizar tal curso no exterior.

Na USP, em contrapartida, vigorava uma auto-imagem de grandeza, como núcleo fundador da “sociologia acadêmica” no país, o que gerou um ideal de auto-suficiência que desagua numa história institucional pouco voltada para fora de seus muros. A isso se acrescenta o fato de que a área de ciências sociais da universidade paulista não figurou entre os donatários da Fundação Ford, consequência de uma dupla recusa, tanto da parte de Florestan Fernandes, receoso dos “interesses imperialistas”, como do próprio investidor, que decidiu priorizar novos nichos institucionais como meio de garantir o impacto de sua influência.

Um dos aspectos mais importantes da análise das trajetórias se liga às origens de classe, tendo em vista as mudanças que permitiram às camadas médias desfrutar de uma inserção inédita no nível universitário, considerando o grau de escolaridade de boa parte das famílias. Trata-se da experiência geracional que se associou ao peso cada vez maior da formação especializada no âmbito da vida intelectual, o que viria a se constituir como trunfo decisivo capaz de compensar os efeitos desfavoráveis de uma origem culturalmente modesta. Sendo assim, a variável ligada às origens sociais é examinada, sem nunca esquecer o papel mediador da escolarização pós-graduada, entre os condicionantes dessas trajetórias.

Na verdade, o que parece de fato se modificar ao longo das décadas de 1960 e de 1970 é o perfil da formação necessária ao ingresso na carreira acadêmica. Ao longo do tempo, os capitais herdados na família vão deixando de ser prerrogativa à vida intelectual, na medida em que os laços estreitos entre a erudição humanística e a ciência social vão se afrouxando. Um dos indícios do avanço de tal processo é a incorporação dos métodos quantitativos, associados à cultura acadêmica norte-americana, não por acaso entre os que eram culturalmente mais destituídos, ou seja, na condição de recém-

chegados ao universo da ciência e das letras. Tal foi o caso dos cientistas políticos mineiros, com o doutorado realizado nos Estados Unidos.

Conforme já foi sugerido, a titulação no exterior assumiu um lugar decisivo como princípio distintivo do grupo. Trata-se da primeira geração de cientistas sociais a se deslocar sistematicamente às universidades européias e norte-americanas, fenômeno que só foi possível graças às bolsas oferecidas por parte das fundações e das agências nacionais de fomento à pesquisa³. A chancela dessas viagens teve uma importância crucial devido às circunstâncias da época, em que o sistema brasileiro de pós-graduação ainda estava em vias de se consolidar, conferindo-se um peculiar valor à instância estrangeira de legitimação. Aliás, essa era a justificativa do aporte concedido pela Fundação Ford, a de formar quadros profissionais a fim de dinamizar os cursos de mestrado então recém-lançados no Brasil.

Na verdade, a valorização desses títulos obtidos no exterior se liga a um processo de alcance mais abrangente, que começa a alterar as feições tradicionalistas da sociedade brasileira. Trata-se de uma mudança revelada no valor que passa a ter o capital sob a forma de diplomas de pós-graduação, especialmente no que se refere ao recrutamento das elites de governo. Não por acaso, a formação do grupo de cientistas sociais corre em paralelo à ida de toda uma geração de economistas brasileiros aos Estados Unidos, onde receberam o treinamento que serviu de chancela à assunção dos mais importantes postos decisórios no governo federal, a partir da redemocratização.

A comparação com o caso dos economistas permite enquadrar o fenômeno num quadro mais amplo de mudanças, evitando-se o risco de conceber essa experiência como se fosse peculiar às ciências sociais. O fato é que o reconhecimento social alcançado por meio dos títulos estrangeiros sinalizava certo avanço no âmbito do vagaroso processo de democratização do país, em que essa modalidade de capital cultural passou a ter bastante relevância no mercado de trabalho político, considerando o peso até então mais decisivo do montante de relações herdadas no seio das famílias politicamente hegemônicas. Por conseguinte, esse critério chave à consagração dos cientistas sociais, no âmbito da geração pós-1968, é homólogo a essas mudanças no plano do recrutamento das elites técnicas de governo.

³ No caso dos que se dirigiam à França, foi o governo local que financiou a maior parte dos estudos.

O ponto de vista da longa duração

Embora o objetivo seja o de analisar a experiência geracional numa conjuntura delimitada, o trabalho não perde de vista os processos de longo prazo, acompanhando o desenrolar da institucionalização das ciências sociais, desde a década de 1930. Trata-se de levar em conta as condições estruturais ligadas a sua emergência, no âmbito de uma sociedade periférica como a brasileira, que tardou a conhecer o dinamismo da vida econômica, sem falar nos dilemas envolvidos no advento da ordem democrática.

A literatura dedicada ao tema da *formação* assinalou os traços específicos dos processos de mudança social no Brasil, tendo em vista o caso de uma nação que se transforma sem a ruptura com o passado. O fato é que as oposições que explicam as sociedades de capitalismo originário, como “exploradores e explorados”, “campo e cidade” ou “agricultura e indústria”, têm pouca validade como recurso heurístico voltado ao caso brasileiro. Sendo assim, a chave interpretativa mais eficiente se refere à dinâmica que fez do Estado o agente por excelência das iniciativas modernizadoras, tanto no plano econômico, como no domínio cultural⁴.

Se o adensamento da vida científica parece ter dependido sobremaneira do empenho das elites dirigentes, será preciso avaliar as conseqüências de longo prazo desse mecanismo, da modernização “de cima para baixo”, à moda brasileira. O aspecto a ser analisado tem a ver com as tensões implicadas na autonomização da vida intelectual, observando se o avanço das condições institucionais da atividade acadêmica significou de fato a plena vigência dos critérios internos de consagração.

Por ora, resalte-se o caráter decisivo da influência estrangeira no âmbito da constituição do aparato institucional das ciências sociais. O que importa realçar é o papel mediador desempenhado pelas elites brasileiras na recepção de tais influxos, seja no caso da chamada “missão” francesa que redundou na criação da FFLC-USP, em 1934, seja por ocasião da assistência prestada pela Fundação Ford, na década de 1960. Sem o projeto cultural das elites paulistas e seus contatos com intelectuais estrangeiros, a vida acadêmica uspiana não teria constituído o lastro afrancesado de que se teve tanto

⁴ Ver: Faoro (2001), Fernandes (2006), Schwartzman (1975), Werneck Vianna (1978, 1997), Elisa Reis (1982) e Miceli (2001)

orgulho como justificativa de seu padrão de excelência⁵. A mesma lógica se aplica às ações da fundação filantrópica que só passou a atuar no Brasil graças às alianças tecidas entre seus representantes e os setores ilustrados da elite local.

Em ambas as experiências, o que se observa é a difusão de uma hegemonia cultural, só que em momentos diferentes do histórico de concorrência entre as potências mundiais. A chegada da influência norte-americana⁶, ao expressar transformações nesse cenário internacional, também sinaliza mudanças no plano da visão de mundo das classes dirigentes no Brasil, em que a distinção ligada ao bom manejo de repertórios franceses, vai cedendo lugar ao pragmatismo que é inerente à ciência praticada nos Estados Unidos.

Desse modo, a transição geracional, objeto deste trabalho, coincide com o fenômeno de disseminação de tal referência científica no âmbito da vida acadêmica local, mas sem que isso cancele o prestígio da França entre os cientistas sociais brasileiros, como horizonte cultural que dificilmente perde sua legitimidade entre nós. Conforme será sugerido mais adiante, é possível constatar uma diferença entre os que se ligaram mais especialmente à referência francesa ou norte-americana, no âmbito do grupo em questão.

⁵ Foi o grupo ligado ao jornal *O Estado de S. Paulo* o agente decisivo à viabilização da vinda dos professores franceses à USP. Júlio de Mesquita Filho era amigo de George Dumas, intelectual francês que atuou recrutando docentes em seu país, a fim de compor os quadros da universidade paulista. É preciso lembrar que a ligação de Dumas com o Brasil se iniciou em fins da década de 1910, momento em que se pretendia reformar o ensino secundário com base no modelo dos liceus franceses (Peixoto, 2001). Cf. também análise de Paulo Arantes (1994), em sua obra com o sugestivo título, *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a cultura filosófica uspiana*.

⁶ É preciso registrar que aspectos da cultura acadêmica norte-americana já haviam impactado a sociologia praticada em São Paulo, nos quadros da ELSP, criada em 1933. Professores de origens nacionais variadas tiveram passagens pela instituição, sendo a influência mais marcante a de pesquisadores oriundos dos Estados Unidos, como Donald Pierson. No entanto, a análise feita por Fernanda Peixoto (2001) sugere que não houve propriamente uma “missão”, como no caso dos franceses na USP, já que os docentes que trabalharam na ELSP vieram atraídos pela possibilidade de realizar o doutorado e suas respectivas pesquisas de campo. Ver também Limongi (2001).